

JORNAL DO SERVIDOR



Maioria dos servidores públicos afastou do cargo em 4 de julho

Servidores, policiais e professores são 15% dos candidatos em 2026

Dos 20.724 pedidos de registro de candidatura apresentados para as eleições de 2026 no país, 3.105, ou 14,98%, são de pessoas que declararam ocupações relacionadas ao serviço público, segurança, Forças Armadas, Ministério Público ou magistério. Policiais militares são 573 (2,76%), seguidos por servidores estaduais, com 539 (2,60%), municipais, 424 (2,05%), e federais, 224 (1,08%). Há ainda 388 professores do Ensino Médio (1,87%), 291 do Superior (1,40%) e 287 do Fundamental (1,38%). Servidores públicos civis aposentados somam 179 (0,86%), enquanto policiais civis são 117 (0,56%). Também concorrem 81 membros das Forças Armadas (0,39%) e dois do Ministério Público (0,01%). Maioria dos servidores públicos afastou do cargo em 4 de julho para disputar eleição. Os dados são do TSE e foram atualizados na segunda-feira (24).

Transpetro abre concurso com 281 vagas

A Transpetro está com inscrições abertas para concurso público com 281 vagas imediatas e 3.890 para cadastro de reserva, distribuídas em 55 cargos de níveis médio, técnico e superior. Os salários variam de R\$ 5.464 a R\$ 15.034,81. As inscrições seguem até 14 de setembro, pela Fundação Cesgranrio, com taxas de R\$ 81,50 a R\$ 117. As provas serão aplicadas em 29 de novembro, em cidades de todas as regiões do país. A seleção inclui oportunidades para áreas administrativas, técnicas, marítimas, de saúde e engenharia.



Além das vagas imediatas, há 3.890 para cadastro de reserva

Proteção econômica a militares incapacitados

O deputado federal Pastor Sargento Isidório (Avante-BA) apresentou na Câmara projeto de lei que cria proteção econômica para militares estaduais, distritais e territoriais incapacitados permanentemente em razão do serviço. A proposta prevê benefício mensal que, para praças, terá como referência a remuneração de capitão e, para oficiais, o último posto do quadro, limitado a coronel. O benefício não implica promoção. Se o texto for aprovado, Estados e DF terão 180 dias para adequar suas leis e definir a fonte de custeio.

Sindicato quer auxílio-nutrição na pauta da LOA

Condsef/Fenadsef busca incluir na LOA de 2027 recursos para criar um auxílio-nutrição destinado a servidores aposentados e pensionistas do Executivo Federal. A proposta foi apresentada ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e já havia sido levada ao MGI. A entidade também articula audiências no Congresso. Uma sugestão legislativa sobre o tema tramita no Senado, sob relatoria de Cid Gomes (PSB-CE).

POR ANDRE SOUZA e LUIGI FREIRE (Estagiário)

Ministério Agricultura I

A Condsef/Fenadsef pediu às entidades que representam servidores do Ministério da Agricultura nos estados o envio de demandas para a próxima Mesa Setorial de Negociação Permanente. As propostas devem reunir reivindicações consideradas prioritárias pela categoria e serão encaminhadas para discussão com representantes do governo.

Ministério Agricultura II

Na última reunião da Mesa Setorial, foram debatidas ações de saúde e segurança no trabalho, com revisão de laudos e medidas de medicina ocupacional. O Mapa informou ainda a contratação de quatro profissionais de saúde para a sede, em Brasília, e avalia a destinação de espaços para funcionamento das seções sindicais.

Auxílio para servidores I

A Secretaria estadual de Educação do Rio de Janeiro estuda conceder um auxílio tecnológico aos servidores da pasta. Segundo o Sepe-RJ, o governo informou, em reunião no dia 13, que prepara um decreto sobre o benefício. O valor ainda não foi definido, e a proposta passa por análises técnicas, orçamentárias e jurídicas.

Auxílio para servidores II

O auxílio tecnológico não seria uma novidade para os servidores da Educação do Rio. Em 2021, durante a pandemia de Covid-19, professores e demais profissionais receberam R\$ 3 mil, em cota única, para a compra de equipamentos como tablets, notebooks e computadores. Para docentes do Ceja, o Sepe afirma que foi citado valor de R\$ 5 mil.

Manifestação na Bahia I

O Sindicato dos Servidores do Judiciário da Bahia (SINTAJ) convocou servidores do Tribunal de Justiça (TJBA) para uma mobilização na próxima quarta (26), na sede do tribunal. O ato reivindica o pagamento adicional por Tempo de Serviço (ATS), benefício cuja implementação foi regulamentada, mas não tem previsão para os valores passados.

Manifestação na Bahia II

Durante a mobilização, os servidores acompanharão a votação do Adicional do ATS e, após a sessão, realizarão uma manifestação pelo pagamento do benefício. O SINTAJ afirma que há diferença no tratamento dado à magistratura e ao funcionalismo e quer igualdade de direitos. A entidade convoca servidores ativos e aposentados para o ato.



Projeto de Lei é de autoria do deputado federal Marreca Filho (PRD/MA)

Energia solar em escolas e unidades públicas de saúde

União poderá financiar até 50% da instalação de sistemas fotovoltaicos

Da Redação

O deputado federal Marreca Filho (PRD-MA) apresentou na Câmara projeto de lei que cria um programa nacional para financiar a instalação de sistemas de energia solar fotovoltaica em escolas e unidades públicas de saúde. O PL 4.947/2026, protocolado em agosto, prevê participação financeira da União nos projetos executados por estados e municípios.

O Programa Nacional de Energia Solar para Escolas e Unidades Públicas de Saúde (Pronesp) tem como objetivos reduzir despesas com eletricidade e ampliar o uso de fontes renováveis. Os sistemas poderão funcionar por microgeração ou minigeração distribuída, geração local, autoconsumo remoto ou geração compartilhada, conforme a Lei 14.300/2022 e as regras da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Pela proposta, a União poderá financiar até 50% dos custos de elaboração dos projetos, compra de equipamentos, instalação, conexão à rede elétrica, treinamento das equipes e manutenção inicial. Os recursos poderão vir do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Fundo Nacional de Saúde (FNS), de instituições financeiras federais e de fundos ligados à eficiência

energética. Terão prioridade municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), maior vulnerabilidade social ou sujeitos a interrupções frequentes de energia, além de escolas e unidades de saúde em áreas rurais, remotas ou de difícil acesso.

Os entes beneficiados deverão apresentar plano de aplicação ou de priorização orçamentária equivalente à economia estimada com a redução das contas de energia. Na educação, os valores poderão ser usados em infraestrutura, equipamentos, tecnologia, alimentação escolar e capacitação. Na saúde, poderão financiar medicamentos, equipamentos, serviços e modernização tecnológica.

Estados e municípios participantes também deverão publicar anualmente dados sobre investimentos, capacidade instalada, energia produzida, economia obtida e aplicação dos recursos. O governo federal acompanhará a execução e divulgará relatório anual.

Na justificativa, Marreca Filho afirma que não há atualmente um programa federal único e permanente voltado exclusivamente ao financiamento de energia solar em escolas e hospitais públicos. Se a proposta virar lei, o Executivo terá 180 dias para regulamentá-la.